

Debate entre ortodoxos e heterodoxos perde espaço na América Latina

Por José Eli da Veiga
28/09/2006

Não faltam analistas cétricos sobre a possibilidade de as principais forças políticas brasileiras organizarem uma "concertação" a la Chile. Isto é, um grande entendimento em torno de um projeto nacional de longo prazo. Para a felicidade geral das oligarquias e corporações que só têm a ganhar com a intensificação da clivagem entre petistas e tucanos, também não faltam bons motivos para esse ceticismo. Da carta de FHC aos últimos desdobramentos do "dossiegate", sobram indícios de que podem estar cobertos de razão os que descartam liminarmente qualquer hipótese de que alguma coisa desse tipo ocorra nos próximos anos.



Rogerio Pallatta/Valor

Segundo Santiso (foto), neste século o subcontinente está no caminho de exorcizar o fantasma da boa teoria que iria resolver todos os problemas

Todavia, nada permite tratar esse cenário como uma fatalidade. Principalmente por que as melhores cabeças do país convergem cada vez mais para a constatação pura e simples de que não será possível continuar por muito mais tempo nessa ilusória tentativa de empurrar com a barriga a remoção dos obstáculos que travam um novo surto de crescimento econômico. E, como diz o senador Jefferson Peres, tal limpeza de terreno só poderá ser feita se houver entendimento entre alguns partidos sobreviventes à cláusula de barreira. Isto é, se forem levados a fazer um histórico conchavo, expressão nacional que evita a chilenice. Do contrário, não será possível aprovar no Congresso medidas relevantes e imprescindíveis ao crescimento econômico.

É para os que tendem a acompanhar o nobre senador pelo PDT do Amazonas nessa atitude não-conformista que será das mais proveitosas a leitura atenta de um livro sobre a "economia política do possível" no contexto latino-americano ("La Economía Política de lo Posible"), de Javier Santiso. Mas antes de explicar por que a obra não agradará aos demais, é preciso apresentar o autor e sua idéia.

Santiso é economista-chefe e vice-diretor do Centro de Desenvolvimento da OCDE. Antes de chegar a tão precioso posto de observação, também foi economista-chefe para a América Latina e Mercados Emergentes do BBVA (Banco Bilbao Vizcaya Argentaria) e "senior

expert associate" de mercados emergentes da América Latina para o banco de investimento Crédit Agricole Indosuez (agora Calyon). Das instituições nas quais pavimentou sua carreira acadêmica, destacam-se as universidades anglo-saxônicas de Oxford, Georgetown, New York e Johns Hopkins, e as parisienses Sciences-Po e HEC. Além de ter publicado mais de 30 artigos científicos sobre a economia internacional e política latino-americana, é o atual editor-chefe da excelente revista "Problèmes d'Amérique Latine". E sempre fez consultorias para organizações internacionais e bancos, entre os quais a Société Générale e Lazard.

Tal resumo de currículo não induziria ninguém a supor que está diante de um fidelíssimo discípulo de Albert O. Hirschman, a quem o livro é dedicado. E são justamente algumas das teses desse grande pensador do processo de desenvolvimento que servem de âncoras para uma descrição analítica da economia política da América Latina que só poderá irritar quem descarta as chances de um bom conchavo nas atuais condições brasileiras.

Segundo Santiso, neste início do século XXI o subcontinente está no caminho de exorcizar um fantasma que o rondou por muito tempo. O fantasma da boa teoria que iria resolver todos os problemas e contribuiria para as leis do desenvolvimento, das quais se poderia deduzir uma fórmula simples e racional aplicável dos Andes à Patagônia, assim como no Brasil e no México. E o que surge com cada vez mais força em seu lugar não é nada que se pareça a uma Terceira Via entre a demonização e o endeusamento do livre mercado, mas uma trilha própria de economia política que não poderia ser mais pragmática. Sem ignorar óbvias recaídas, como as que surgiram na Chiapas do subcomandante Marcos, na Venezuela de Chávez, na Bolívia de Morales, ou mesmo na Argentina de Kirchner, o autor procura mostrar que é historicamente bem mais significativa a emergência de um novo realismo econômico em países tão diferentes como México, Chile e Brasil. Uma atitude de forte rejeição a modelos pré-fabricados.

Quem examinar com cuidado a preciosa documentação estatística em que se apóia o livro, muito bem apresentada em duas dezenas de gráficos e algumas poucas tabelas, certamente se perguntará se as economias mais complexas da América Latina já não engendraram poderosas bases materiais para superação de obsoletas ortodoxias e heterodoxias. Isto é, se já não reuniram as condições que obrigarão suas principais forças políticas a um entendimento que é imprescindível à remoção dos obstáculos ao crescimento econômico. Mas um crescimento bem mais difícil que no passado, pois não pode mais contar com a irresponsabilidade fiscal, com a ilusão da correção monetária, com o desrespeito aos direitos humanos, ou com a devastação dos recursos naturais.

No caso brasileiro, 12 anos de inflação baixa, e mais alguns de pouca vulnerabilidade externa, geraram um contexto que favorece a identificação de uma dúzia de "quase-consensos", recentemente apresentada na coluna do professor Delfim Netto no Valor. Se eles ainda se mostram "elusivos", como ponderou o ex-ministro Pedro Malan, é porque coexistem em todos os segmentos do espectro sociopolítico - especialmente entre petistas e tucanos - as três distintas visões do crescimento caracterizadas pelo ex-ministro Máílson da Nóbrega: a) a que resume tudo a uma questão de vontade política; b) a que responsabiliza a política econômica; c) a que enfatiza a acumulação de gargalos estruturais. E tudo indica

que será do fortalecimento desta terceira - a única abençoada pelo livro de Santiso - que dependerá a cronologia de "concertação".

Uma advertência deve ser feita, contudo, aos que vierem a se interessar por este ótimo lançamento do Banco Interamericano de Desarrollo (espanhol) e MIT (inglês). Os dois primeiros capítulos são os mais fracos, e poderão desestimular leitores familiarizados com a história política da América Latina. Principalmente por que chega a ser patética a tentativa de atribuir à influência do marxismo todas as propostas voluntaristas que pulularam no subcontinente até meados dos anos 1970, que se mantiveram dominantes em Cuba e que ainda rebrotam, principalmente sob a influência de Chávez.

A única hipótese explicativa para tanto exagero é que, por não conhecer as idéias de Marx, o autor enxergue sua influência em tudo que abomina. O que, sem dúvida, pode ter ajudado na escolha do subtítulo. Mas que é uma dicotomia tão falsa quanto cômoda.

José Eli da Veiga é professor titular do Departamento de Economia da FEA/USP (www.econ.fea.usp.br/zeeli)